

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) lançou o Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE), na segunda-feira (26), em Maputo, numa altura em que se estima, por exemplo, que apenas cinco em cada 100 alunos da 3a. classe no país têm domínio de leitura e escrita. Porém, com o instrumento, que abrange os instruendos com “necessidades educativas especiais” e os “têm as línguas moçambicanas como as suas línguas primeiras”, pretende-se reduzir o índice de iliteracia para 12 em cada 100 petizes, até 2019, altura em que cessa o mandato do actual governo.

A estratégia visa pôr os alunos a saber ler e escrever, desde as classes iniciais, o que lhes permitirá ter bases para o resto da sua aprendizagem, segundo a titular da pasta de Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane.

Ela disse que a iniciativa faz parte das prioridades do sector que dirige, para o quinquénio 2015-2019, durante o qual um dos desideratos é garantir que os alunos do 1º. ciclo do ensino primário [1a. e 2a. classe] saibam ler, escrever e efectuar cálculo simples.

Falando na presença de certos parceiros da Educação no país, alguns dos quais participaram na elaboração do documento em alusão, Conceita Sortane admitiu que sem as habilidades de leitura, escrita e cálculo, os esforços do desenvolvimento humano podem diluir-se e o progresso da nação ficar “seriamente comprometido”.

Neste sentido, o PNALE tem como princípios “ler e escrever em casa, ler e escrever na escola e ler e escrever na Comunidade”, disse a governante e acrescentou que a promoção dos hábitos de leitura e escrita nos estabelecimentos de ensino, “em casa, nas comunidades, nas bibliotecas e em outros locais”, visam ainda produzir “leitores autónomos e competentes”.

Todavia, para Graça Machel, antiga ministra deste sector em Moçambique, ao contrário do que vários estudos sugerem, não são só os petizes das classes iniciais do Sistema Nacional de Educação (SNE) que não sabem ler, escrever, efectuar cálculos simples e falar correctamente a língua portuguesa, os professores, também, apresentam o mesmo problema, o que leva a concluir que eles são uma das causas da iliteracia.

De acordo com ela, o erro foi do Estado quando introduziu reformas que baixaram a qualidade de formação dos docentes de tal sorte que indivíduos com “10a. classe mais um ano e 12a. classe mais um ano” foram colocados a ensinar.

Graça Machel fez estes pronunciamentos no dia 12 de Março de 2015, num encontro em Maputo, diante de outras mulheres com uma larga experiência na instrução, e que dispensam quaisquer apresentações, tais como Luísa Diogo, Alice Mabota, Telmina Pereira, Elizabete Sequeira e Eulália Maximiano, que não falam à toa e dispensam quaisquer apresentações.

Na altura, Graça Machel, que por natureza fala à vontade diante de qualquer plateia, disse: enquanto o Governo não apostar em professores bem formados, “vamos continuar, nas próximas décadas, com gravíssimos problemas de qualidade”.

A antiga governante tinha respondido a um convite de Jorge Ferrão, então ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, para que se reflectisse sobre o futuro do ensino em Moçambique.

Em Novembro de 2017, Conceita Sortane reafirmou – como que responder à preocupação de Graça Machel – que pelo menos 10 institutos de formação de professores passarão a formar docentes no modelo 12^a. classe + 3, a partir deste ano.

Ela explicou que não se tratava de “uma revolução como tal”, mas sim, “um ajustamento para que a qualidade de ensino melhore”.